CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

O HOJE(20/11)

Anápolis busca em Goiânia referência para contas públicas

Anápolis é o terceiro município do país a buscar em Goiânia referências técnicas para equacionar as contas públicas. Comitiva da Secretaria da Fazenda, liderada pelo titular da pasta, Marcos Abrão Roriz Soares de Carvalho, esteve na capital ontem (19) para obtenção de subsídio técnico a respeito do processo, incluindo a reforma da previdência, que conduziu a prefeitura ao pagamento de dívidas, equilíbrio das contas e recuperação da capacidade de investimento. Este ano, Goiânia recebeu também delegações de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo. As visitas foram recomendadas pelo Ministério da Economia.

No encontro, o secretário de Finanças de Goiânia, Alessandro Melo, falou sobre como a prefeitura colocou fim ao descompasso entre receita e despesa, zerou do déficit mensal de quase R$ 31 milhões e obteve superávit primário - diferença entre receitas e despesas, excluindo-se da conta as provenientes de juros - de R$ 148,1 milhões. No ano passado, Goiânia conseguiu crescimento real de 19,97% nas receitas e manteve sob controle as despesas, que evoluíram apenas 2,31%. As receitas próprias do município têm a maior contribuição para este desempenho positivo, com alta nominal 24,47%.

Cenário totalmente diferente do revelado no início de 2017, primeiro ano da atual administração, quando as receitas tiveram queda de -3,62%; as despesas, evolução de 1,58% e havia déficit mensal de quase R$ 31 milhões, além de mais de R$ 600 milhões em dívidas deixadas por outras gestões. "A administração esteve pautada no corte de gastos e no ajuste de contas para que pudéssemos viabilizar novos investimentos. Foi um período de complexa travessia. Nossos esforços para superação de desafios, sem deixar de lado a busca por mais eficiência nos serviços para população, foram incessantes", avalia o prefeito Iris Rezende. A reunião foi acompanhada por técnicos das secretarias de Finanças de Goiânia e da Fazenda de Anápolis.

O HOJE(20/11)

Goiânia define objetivos para renovar com Saneago

Negociação entre Estado e Prefeitura, para renovação de contrato da Saneago avançou, mas município tem algumas demandas

Samuel Straioto



Saneago tem se esforçado para renovar contratos em Goiânia e em Anápolis para valorizar ações

Nos últimos dias avançou o processo de renovação da concessão entre a Prefeitura de Goiânia e a Saneago relativo aos serviços de abastecimento de água e esgoto na capital. Para concretizar a renovação, o Município tem feito algumas exigências como a universalização do serviço de água tratada e a diminuição de lançamentos de esgoto in natura no Rio Meia Ponte, entre outras questões. Audiência pública sobre o assunto foi marcada para a próxima sexta-feira (22).

O prefeito da capital, Iris Rezende (MDB), avalia que a possível renovação de contrato com a Saneago deve ser feita com responsabilidade. O prefeito destacou que a questão é discutida com o governo estadual. Iris reforçou o bom relacionamento entre as duas partes e que a missão dele é ouvir, pesquisar e aprofundar a questão.

"Eu tenho que me posicionar com muita responsabilidade, com muito espírito público, com muito respeito ao interesse público. Eu não posso sair aí a dar palpite ou manifestar ideias, ou posições. A minha obrigação é ouvir, pesquisar e aprofundar, discutir o governo estadual, com o qual nós temos um relacionamento muito bom, discutir aquilo que for melhor para a população", declarou o prefeito Iris Rezende, em entrevista.

O atual contrato com a Saneago termina em 2023. Um novo contrato teria a duração de 30 anos. A conversa tem sido tratada por equipes técnicas da Prefeitura de Goiânia e do Governo de Goiás. A nível governamental, o prefeito Iris Rezende informou há poucos dias que pretende ter nova conversa com o governador Ronaldo Caiado (DEM) para avançar a questão.

Além da universalização do serviço de Água e Esgoto em Goiânia, outra proposta que está sendo estudada pela administração municipal é garantia de construção de novos sistemas de abastecimento para evitar a escassez hídrica na capital. A Saneago tem feito estudos para novos reservatórios, por exemplo, utilizando a água do Rio Caldas, na saída para a cidade de Bela Vista.

Minuta do contrato

A minuta do contrato será apresentada pela Prefeitura de Goiânia em audiência pública na sexta-feira. O evento será realizado no Paço Municipal. O presidente da Agência de Regulação de Goiânia (ARG), Paulo César Pereira, em entrevista ao O Hoje na tarde desta terça-feira (19), explicou que a minuta pode dizer respeito tanto a uma renovação com a Saneago, como a um possível contrato com outra empresa de Saneamento.

Paulo César explicou que a renovação do contrato é uma prerrogativa do prefeito e que cabe aos órgãos técnicos da prefeitura municiá-lo de informações técnicas. "A discussão não é sobre a decisão do prefeito para discutir a concessão com a Saneago, é pra discutir os termos que os serviços seriam contratados. Não é uma antecipação de decisão, que é uma prerrogativa do prefeito. É um assunto que é de direito da população e precisa ser continuamente debatido", afirmou o presidente da ARG.

Segundo Paulo César Pereira, o debate sobre as metas de saneamento básico para Goiânia está ocorrendo desde o início da atual gestão. Ele aponta que há outros elementos que estão sendo estudados como a drenagem e limpeza urbana, além da gestão de resíduos. O presidente da ARG diz que a apresentação de minuta, a realização de uma audiência pública sobre o assunto faz parte do cumprimento da Lei Federal 11445 estabelece a obrigatoriedade. Ou seja, trata-se de um passo legal para que haja a renovação do contrato com a Saneago ou assinatura de contrato com outra empresa.

"Nós vamos apresentar para a população goianiense os termos de uma renovação com a Saneago ou de uma possível contratação de outras empresas. A Lei Federal 11445 estabelece a obrigatoriedade da audiência pública. É um plano de metas e investimentos que não aponta apenas o montante de recursos, mas apontar quais as obras, quais os locais para que essa prestação de serviços alcance a universalização de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ao debater com a população, nós temos como proposta que a população conheça todo o processo e abrir para o debate.", destacou o presidente da ARG.

Paulo César Pereira disse que no Plano de Metas que está na minuta de contrato, estabelece alguns prazos, por exemplo, de que o serviço de abastecimento precisa ser universalizado nos próximos quatro anos e o serviço de esgotamento sanitário nos próximos 11 anos.

Saneago

Foi informado à reportagem do O Hoje que a empresa não pode comentar o assunto, devido ao "período de silêncio" exigido pelo mercado financeiro devido à venda de até 49% da estatal.

Sobre este assunto, nos bastidores, a Saneago tem se esforçado para renovar contratos em Goiânia e Anápolis para que somente depois sejam negociadas as ações da empresa. O entendimento é que o valor das ações pode ser maior. **(Especial para O Hoje)**

O HOJE(20/11)

LEGISLATIVO

Projeto para encampação da Enel é apresentado

Samuel Straioto

Foi apresentado na sessão ordinária desta terça-feira (19), na Assembleia Legislativa de Goiás, projeto de lei de autoria do presidente da Casa Lissauer Vieira (PSB) e do líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), que prevê a rescisão do contrato do governo estadual com a Enel. De acordo com o texto, o poder público deverá reassumir a responsabilidade de distribuição de energia no Estado.

O presidente da Alego, Lissauer Vieira disse que tentou de todas as formas diálogo com a Enel, mas que não houve avanço e por isso a necessidade de se tomar uma medida mais dura. Ele disse que consultou as procuradorias do Estado e da própria Assembleia sobre a legalidade do assunto.

"Com certeza, nós tentamos todas as formas de diálogo, inclusive a CPI aqui da Assembleia tentou junto ao governo do estado um termo de ajuste de condutas, há uns dois meses, mas a gente viu que nada adiantou, a população está ansiosa, está revoltada, está nos cobrando e nós como representantes da população temos que tomar esta atitude e esta atitude minha e do deputado Bruno Peixoto é para mostrar quem representa a população e fazer com que esta empresa respeite a população de Goiás", afirmou o presidente da Alego.



Matéria foi proposta pelo presidente da Casa, Lissauer Vieira

Já o líder do governo, Bruno Peixoto declarou que a Enel está "explorando o consumidor goiano" e "não cumpre o que foi combinado". "Hoje a empresa Enel tem explorado o consumidor goiano, tem desrespeitado. Ela está descumprindo o que foi assinado. Não resta outra alternativa a não ser promover a encampação. O Estado retomar para si a administração e devolver a alegria ao povo goiano e não faltar energia para a população. Este governo tem a capacidade de gerir a empresa. Nós temos motivos mais do que suficientes, há prejuízos no comércio, a produtores de leite, a consumidores, os inúmeros relatos de falta de energia", declarou.

Durante a sessão outros deputados como Henrique Arantes (MDB) e Cairo Salim (PROS) também fizeram duras críticas. A tendência é que o projeto seja aprovado sem dificuldades, já que a reclamação contra a Enel é geral. Se for aprovado, o projeto seguirá para sanção do governador Ronaldo Caiado.

Estado

Em nota, o governo de Goiás disse que aguarda o fim da tramitação da proposta da Assembleia Legislativa, que visa a encampação da empresa Enel, para se pronunciar oficialmente sobre as ações a serem tomadas.

"Os 7 milhões de goianos são prejudicados diariamente. Isso criou um clima insustentável para a empresa em Goiás, que não respeita o povo goiano que trabalha e produz para fazer nosso estado cada vez mais forte. Todas essas ações comprovam mais uma vez que não houve um processo de privatização da Celg, que deveria melhorar o atendimento, mas uma ação orquestrada para enterrar esqueletos da empresa estatal, que foi dilapidada nos últimos 20 anos. Isso explica em parte o motivo dela ter sido entregue a toque de caixa a uma empresa sem compromisso com Goiás. Quem pagou a conta (salgada) foram os goianos, que não receberam um serviço de qualidade. Goiás pode ter certeza que o Governo vai agir", diz o texto.

A Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), emitiu o auto de infração para a Enel de R$ 62.115.208,17, a maior multa já aplicada à empresa, em função da prestação inadequada de serviços aos cidadãos goianos. Apenas este ano, a Distribuidora já recebeu duas outras multas, que somadas totalizam o valor de R$ 13.469.145,34.

Enel

A Enel Distribuição Goiás informa que a multa aplicada pela AGR, após fiscalização realizada em junho, se refere a questões relacionadas ao atendimento comercial no período de 2018 e início de 2019. A companhia acrescenta que está analisando o teor do relatório recebido hoje da AGR e reitera seu compromisso com o Estado para continuação do plano de investimentos que tem sido cumprido, como acordado com o governo estadual, Ministério de Minas Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A reportagem não conseguiu informações da empresa sobre o projeto de encampação. **(Especial para O Hoje)**

ROTA JURÍDICA(19/11)

Operação apura fraudes no serviço de certificação emitido pelo Corpo de Bombeiros

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público de Goiás (MP-GO), com apoio da Secretaria de Segurança Pública (SSP-GO), realiza nesta terça-feira (19/11) a Operação Desconformidade, destinada ao combate de fraudes na certificação de segurança contra incêndio e pânico emitida pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBM-GO).

O esquema criminoso, formado por bombeiros militares, incluindo membros do alto comando da corporação, ocupa-se em burlar o regramento normativo, concedendo Certificados de Conformidades (Cercons) para empresas e empresários que não cumpriam as normas e protocolos de segurança, colocando vida e patrimônio da coletividade em grave e iminente risco.

Conforme apurado, o grupo recebia vantagens financeiras para interesse próprio, além de valores destinados a construções e reformas nas unidades militares, de modo a justificar as concessões espúrias a determinadas empresas. Shoppings e centros comerciais, em várias regiões da capital, tiveram seus Cercons emitidos irregularmente, tornando alguns desses locais propícios à ocorrência de tragédias semelhantes à da Boate Kiss – tragédia que matou 242 pessoas e feriu outras 680, em Santa Maria (RS), em 27 de janeiro de 2013, e foi provocada pela imprudência e más condições de segurança no local – e a do Hospital Badim – incêndio que matou 20 pessoas e feriu 40, no Rio de Janeiro. Outras modalidades de crime também são alvo de investigação, como a aquisição de bens utilizados para publicidade e marketing em diversos eventos promovidos pela instituição.

Estão sendo cumpridos 5 mandados de prisão temporária em desfavor de investigados, além de 17 mandados de busca e apreensão em empresas, residências e instalações militares, incluindo no prédio do Comando-Geral do CBM-GO. A operação conta com apoio da SSP-GO e Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Goiás. Fonte: MP-GO

DIÁRIO DA MANHÃ (20/11)

Intensificada recuperação de rodovias estaduais

Da Redação

Foram investidos cerca de R$ 9 milhões na recuperação de erosões, pontes e pavimentos. Outros R$ 29 milhões estão empenhados para dar prosseguimento às atividades. Em outubro, governador Ronaldo Caiado já havia autorizado R$ 130 milhões destinados à restauração de rodovias*

A Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) concluiu, entre os dias 15 de outubro e 07 de novembro, os serviços relativos a 107 ordens de serviços expedidas para a realização de manutenções extras nas rodovias goianas. Somente nesse quesito, foram investidos cerca de R$ 9 milhões na recuperação de erosões, pontes e pavimentos.

Em menos de um mês, foi realizada a recomposição de 50 erosões e de nove drenagens nas vias estaduais. Também foram recuperadas 36 pontes, além da restauração de pavimento em quatro rodovias e o revestimento primário em outras oito vias não pavimentadas.

INVESTIMENTOS

Em outubro, o governador Ronaldo Caiado e o presidente da Goinfra, Pedro Sales, já haviam anunciado o investimento de R$ 130 milhões que estão sendo utilizados na restauração e implantação de rodovias.

Estão em obras as rodovias GO-336 (Crixás e Nova Crixás), GO-184 (Jataí a Caiapônia), GO-132 (Colinas do Sul a Minaçu), GO-060 (Fazenda Nova ao entroncamento das rodovias GO-060 e GO-326), GO-439 (Pilar de Goiás a Guarinos). Também segue em ritmo acelerado a restauração da GO-164, que une o município de Quirinópolis à rodovia BR-452.

DIÁRIO DA MANHÃ (20/11)



'Não faças como os pavões, que estão sempre preocupados com as penas.' - George Washington

Café da Manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse6@gmail.com

É preciso olhar o interesse 'social' da Enel em Goiás



Não adianta querer tapar o sol com a peneira. O levante do povo goiano contra os péssimos serviços prestados pela Enel não vai parar enquanto a empresa italiana, que comprou a antiga Celg, não resolver os problemas da falta de energia no Estado. Goiás, de certa forma, está todo paralisado, sem condições de receber novos investimentos de indústrias. Para o governador Ronaldo Caiado chegar ao humor que chegou, em dar um ultimato à empresa italiana, é porque a situação está gravíssima. Caiado, como representante político de Goiás, foi convocado pelos goianos a buscar uma solução imediata para a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Caso não consiga êxito, recebeu até mesmo o aval para um confisco imediato da empresa de energia. A grita da população tem sido geral, tanto na Capital, quanto no interior goiano. Não há uma cidade sequer que não tenha protestado contra a inoperância da companhia de energia, chegando a provocar, inclusive, uma intensa discussão na Assembleia Legislativa, chegando ao ponto de seu presidente, o deputado Lissauer Vieira, pedir a encampação da empresa. 'Encapar ' é um termo técnico jurídico dado ao ato do direito administrativo, que autoriza o poder público a tomar posse de uma empresa e a remunerar por isso. Uma gestão 'compartilhada', mas tendo em vista aí não somente o interesse mercantilista de empresa, mas também, o seu papel social e econômico no desenvolvimento de Goiás.

DIÁRIO DA MANHÃ (20/11)

Assembleia quer que Estado retome controle da antiga Celg

Presidente Lissauer Vieira (PSB) e líder do governo Bruno Peixoto (MDB) apresentam projeto para retomar ao Governo de Goiás o controle da antiga Celg, em razão dos prejuízos causados pela atual empresa de distribuição de energia elétrica

Helton Lenine

A Assembleia Legislativa promoveu ontem um duro golpe na Enel em Goiás, considerada a pior prestadora de serviço do país. O líder do governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), e o presidente da Casa Lissauer Vieira (PSB) apresentaram, em conjunto, um projeto que pretende retomar o controle da antiga Celg para o Governo Estadual.

A proposta de encampação foi apresentada em Plenário por Bruno e tem como base a constante violação dos direitos dos consumidores em Goiás. A proposta surge em um momento que tanto membros da base de sustentação do governo quanto a oposição fazem duras críticas à empresa italiana.

"Esta é uma medida dura, drástica, mas é a resposta que o poder Legislativo, em sintonia com o poder Executivo, têm que dar a essa empresa Enel que desrespeita a população do Estado", avaliou Bruno durante coletiva de imprensa. "Nós realizamos uma extensa pesquisa jurídica sobre o tema e ficou claro que é possível pedir a retomada da Enel para o Estado em face da péssima qualidade do serviço prestado pela empresa italiana", diz.

"A encampação é uma ferramenta que está prevista na Lei justamente para resguardar o direito dos consumidores em situações graves como a que acontece neste momento em Goiás", explica Bruno. "O cidadão não pode ficar refém de uma prestadora de serviço. Em todos os pontos do Estado existem relatos de falta de energia, prejuízo para produtores, inclusive com caso de risco para a vida de goianos que recebem tratamento médico em casa", completa o líder.


Lissauer Vieira (PSB)


Bruno Peixoto (MDB)

O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira, explica que tanto o poder Legislativo quanto o Executivo tentaram sem sucesso negociar a melhora da qualidade de serviço prestado pela Enel, sem resultado. "Não temos outra saída", diz o presidente, que afirma ainda que a proposta não irá encontrar resistência entre os deputados. Nos bastidores, corre a informação que a proposta tem o aval do governador Ronaldo Caiado, que prometeu endurecer o jogo com a empresa italiana. No entanto, um minucioso estudo jurídico apontou que a iniciativa tem que partir do Legislativo.

A Enel tornou-se alvo da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) nesta semana, que aplicou uma multa de R$ 62 milhões por conta da má qualidade do serviço prestado no Estado. A Agência ainda analisa aplicar outra penalidade em valor similar nos próximos dias. "Por força do contrato de concessão a Enel deve cumprir determinadas condições de prestação de serviços e distribuição de energia. São critérios claros, com fórmulas e padrões para a execução dos serviços. No caso de descumprimento desses critérios, é possível a aplicação de penas duras. Com a divulgação da Enel como a pior prestadora de serviço do país, já passou do momento da aplicação dessas penalidades", diz Bruno.

Caiado sobre a Enel

"Vamos rediscutir como a energia de Goiás será gerenciada a partir de agora"

HELTON LENINE

Depois de afirmar, na semana passada, que se esgotaram todas as possibilidades de negociação com a Enel, o governador Ronaldo Caiado voltou a ser questionado por jornalistas sobre a solução para a crise energética vivenciada em Goiás e a respeito de um projeto apresentado por deputados na Assembleia Legislativa. "É o início de uma discussão que está sendo instalada na Alego. Temos que buscar alternativas diante de tantos compromissos anteriores que não foram cumpridos por parte da Enel no Estado de Goiás", frisou Caiado.

A pergunta veio durante coletiva de imprensa dada em Anápolis, ontem, após a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça da cidade, que foi prestigiada pelo governador. Caiado reiterou suas críticas à Enel, que vem, segundo suas palavras, "menosprezando, desrespeitando o goiano desde o período em que assumiu a distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás".

O governador afirma que a negociação para que a empresa italiana operasse em Goiás não foi feita segundo os critérios da transparência, o que teria detido brechas para interesses escusos. E fez uma analogia com a Petrobrás. "Mais parece que [a negociação] foi no intuito de poder acobertar escândalos, que tinham quase que a proporção da Petrobrás no cenário nacional, com a utilização político partidária e a dilapidação [da Celg]", comparou. Os maiores prejudicados, enfatizou, são justamente aqueles que impulsionam a economia, ampliando a extensão do impacto negativo.


Ronaldo Caiado: prejuízos aos goianos

"É uma perda generalizada de estrutura, seja do pequeno, do médio empresário, comerciante, do produtor rural, do médico em seu hospital, do laboratório, da dona de casa... Todas as pessoas hoje estão sendo duramente penalizadas pela maneira como a Enel tem tratado a energia elétrica no Estado de Goiás." Caiado ainda frisou que, mesmo neste ano tendo chovido bem menos que no ano passado, o número de quebras e apagões já é cinco vezes maior que o de 2018. Houve casos em que cidades inteiras e várias regiões do Estado ficaram até sete dias sem energia.

Segunda-feira (18), o Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR), emitiu o auto de infração para a Enel de R$ 62.115.208,17, a maior multa já aplicada à empresa, em função da prestação inadequada de serviços aos cidadãos goianos. Apenas este ano, a Distribuidora já recebeu duas outras multas, que somadas totalizam o valor de R$ 13.469.145,34.

A empresa tem o prazo de 10 dias para recorrer do auto de infração, que será julgado pelo Conselho da AGR, e em última instância, pela diretoria da Aneel, que, se for o caso, definirá o prazo final de quitação da multa. Os recursos das multas são revertidos para a Conta de Desenvolvimento Energético e são aplicados em programas do Governo Federal, dentro do Sistema Elétrico.

Nota do Governo de Goiás

"O Governo de Goiás aguarda o fim da tramitação da proposta da Assembleia Legislativa, que visa a encampação da empresa Enel, para se pronunciar oficialmente sobre as ações a serem tomadas. Mas desde já faz questão de ressaltar as falhas da Enel. Os 7 milhões de goianos são prejudicados diariamente. Isso criou um clima insustentável para a empresa em Goiás, que não respeita o povo goiano que trabalha e produz para fazer nosso estado cada vez mais forte.

Todas essas ações comprovam mais uma vez que não houve um processo de privatização da Celg, que deveria melhorar o atendimento, mas uma ação orquestrada para enterrar esqueletos da empresa estatal, que foi dilapidada nos últimos 20 anos. Isso explica em parte o motivo dela ter sido entregue a toque de caixa a uma empresa sem compromisso com Goiás.

Quem pagou a conta (salgada) foram os goianos, que não receberam um serviço de qualidade. Goiás pode ter certeza que o Governo vai agir".

DIÁRIO DA MANHÃ (20/11)

CCJ da Alego aprova revogação dos Incentivos Fiscais no Estado

Em reunião realizada na tarde de ontem no auditório da Assembleia Legislativa (Alego), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o projeto nº 6847/19, de autoria do deputado Humberto Aidar (MDB), que é fruto do trabalho desenvolvido pela CPI dos Incentivos Fiscais. A matéria revoga a concessão e fruição dos créditos outorgados do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) previstos nos dispositivos legais. A CCJ aprovou substitutivo do relator, deputado Henrique Arantes (MDB), que mantém o direito de empresas que já obtiveram os créditos. Com um um trabalho correto e determinado, Humberto Aidar derrotou e desmascarou os tubarões do megaempresariado de Goiás no debate sobre as isenções de impostos. Com números e firmeza, o parlamentar provou e comprovou excessos na política de renúncias fiscais, apresentou projetos e conduziu a comissão de forma exemplar, evitando, por exemplo, a politização do trabalho. Graças a ele, portanto, Goiás caminha para ter um regramento mais justo da questão, acabando com mamatas.



O POPULAR (20/11)

Aplicativo vai acionar polícia para ajudar mulheres em risco

PACTO GOIANO Governo também anunciará medidas como palestras e treinamentos em empresas e escolas em plano contra violência a ser lançado amanhã

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

Um aplicativo será disponibilizado a partir de amanhã para que qualquer cidadão acione uma viatura da Polícia Militar para ajudar mulheres em situação de violência. A equipe da PM mais próxima poderá se deslocar até o endereço para prestar o apoio necessário, de acordo com cada caso. Esta e outras medidas fazem parte do Pacto goiano pelo fim da violência contra a mulher, que será lançado às 9 horas de amanhã no Palácio da Música, no Centro Cultural Oscar Niemeyer.

Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás, Lúcia Vânia diz que as medidas que serão apresentadas foram baseadas na necessidade de frear esse tipo de ocorrência. "É um grande movimento para envolver toda a sociedade nessa questão. Queremos trabalhar para reduzir os índices de feminicídio e outros registros contra a mulher", diz a secretária.

Ela reforça que o pacto ainda contará com capacitação dos agentes da Polícia Civil e da Polícia Militar para um atendimento mais humanizado e específico às vítimas de violência. Além disso, será inaugurada a Sala Lilás, que promete ser um espaço multiprofissional adequado e exclusivo para a realização de exames de corpo de delito para mulheres vítimas.

"São detalhes que fazem a diferença no tratamento à essas pessoas, que já estão fragilizadas e precisam de suporte", diz.

Lúcia Vânia destaca que parcerias com empresas e instituições também vão ampliar o alcance das medidas. "Com o Ministério Público e com o Tribunal de Justiça, por exemplo, queremos ampliar as ações dos grupos reflexivos direcionados aos autores da violência doméstica e familiar." Nas escolas, o assunto deverá ser debatido com os alunos. "Para isso, vamos reforçar a parceria com as secretarias de educação do Estado e dos municípios interessados", explica a secretária.

COMITÊ

A secretária destaca que amanhã, durante o lançamento do pacto, um comitê executivo será nomeado para manter e reforçar a rede que vai dar sequência às ações. "Queremos que mais pessoas se sintam incentivadas a trabalhar e atuar contra as ocorrências de violência, especialmente contra a mulher." A secretária destaca que de amanhã até o dia 10 de dezembro a campanha será reforçada. "Vamos aproveitar o período mundial de ativismo pela não violência contra a mulher, que é do dia 25 de novembro até 10 de dezembro para chamar mais atenção para o tema."

Apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU) determinar o prazo de 16 dias de mobilização global, no Brasil esse debate começa no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. A secretária destaca que a intenção dessas ações é mobilizar os órgãos estaduais e a sociedade civil, assim como empresas, igrejas e municípios para atuarem no combate à violência doméstica.

O governo goiano informou que a gestão estadual quer promover o engajamento e a união de esforços de todos os goianos no enfrentamento do feminicídio e da violência contra a mulher, tendo em vista os altos índices apresentados no Atlas da Violência de 2019, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O governador Ronaldo Caiado (DEM) e a primeira-dama Gracinha Caiado participarão do evento.

Fábio Lima



Lúcia Vânia: "Queremos trabalhar para reduzir os índices de feminicídio"